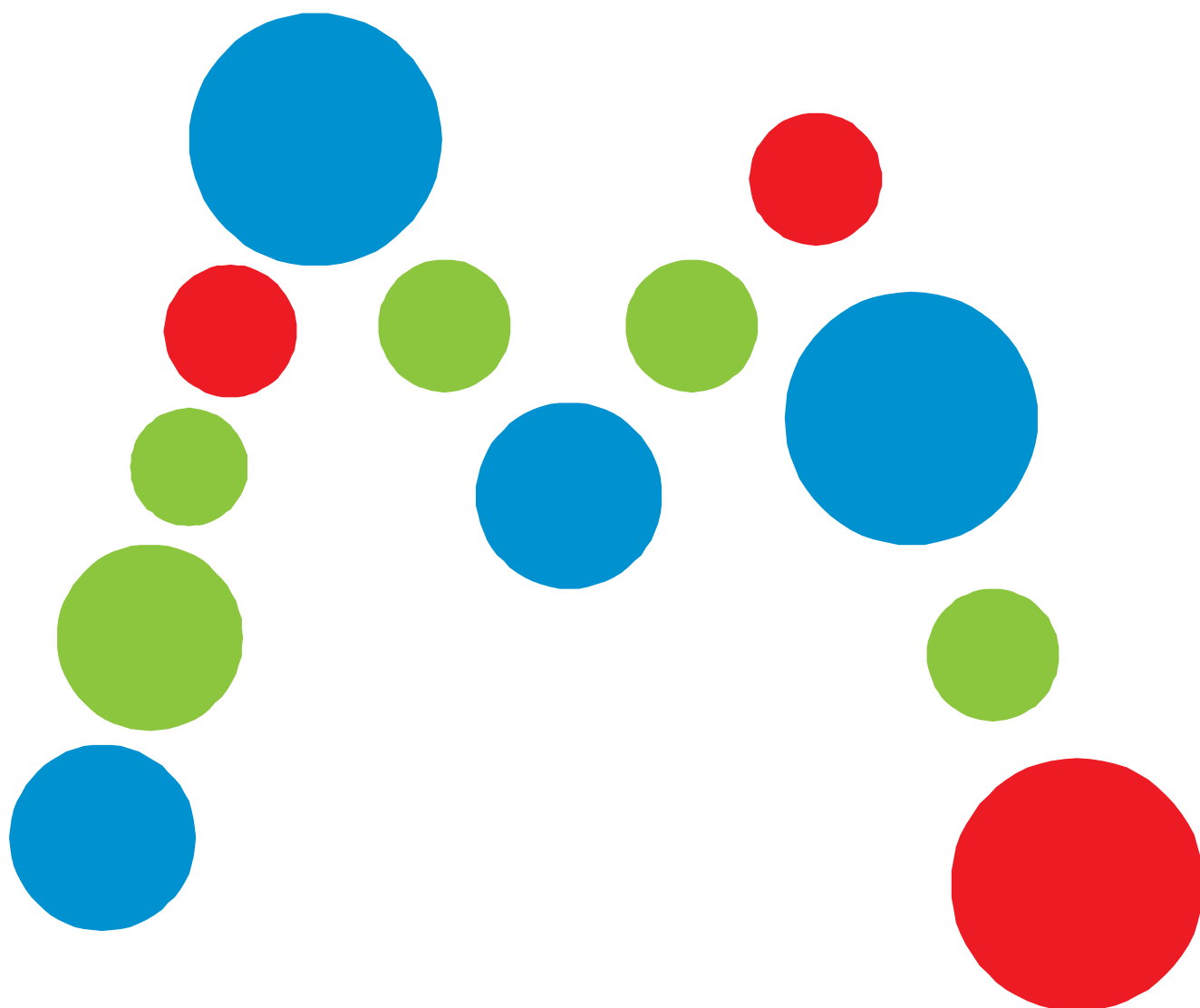


# Mercados

informação global



## Guiné-Bissau Ficha de Mercado

Fevereiro 2017



aicep Portugal Global

## Índice

|  |    |
|--|----|
| 1. Dados Gerais                          | 3  |
| 2. Economia                              | 6  |
| 2.1. Situação Económica e Perspetivas    | 6  |
| 2.2. Comércio Internacional              | 9  |
| 2.3. Investimento Estrangeiro            | 11 |
| 2.4. Turismo                             | 11 |
| 3. Relações Económicas com Portugal      | 12 |
| 3.1. Comércio de Bens e Serviços         | 12 |
| 3.1.1. Comércio de Bens                  | 13 |
| 3.1.2. Serviços                          | 16 |
| 3.2. Investimento                        | 17 |
| 3.3. Turismo                             | 18 |
| 4. Condições Legais de Acesso ao Mercado | 18 |
| 4.1. Regime Geral de Importação          | 18 |
| 4.2. Regime de Investimento Estrangeiro  | 20 |
| 5. Informações Úteis                     | 23 |
| 6. Contactos Úteis                       | 25 |
| 7. Endereços de Internet                 | 27 |

## 1. Dados Gerais

Mapa:



Fonte: EIU- The Economist Intelligence Unit

Área: 36 125 Km<sup>2</sup>  
População: 1,78 milhões (est. 2016)  
Densidade populacional: 49,3 hab. / Km<sup>2</sup>

Designação oficial: República da Guiné-Bissau  
Chefe de Estado: José Mário Vaz  
Primeiro-Ministro: Umaro Sissoco Embaló

Data da atual Constituição: Promulgada em 16 de maio de 1984  
Principais Partidos Políticos: Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC); Partido de Renovação Social (PRS); Partido da Convergência Democrática (PCD); Partido da Nova Democracia (PND); União para a Mudança (UM). As próximas eleições, legislativas e presidenciais, estão agendadas para 2018

Capital: Bissau – 431 100 habitantes  
Outras cidades importantes: Gabú (39 760 habitantes), Bafatá (36 770 habitantes)

|                                 |   |
|---------------------------------|---|
| Religião:                       | Cerca de 45% da população professa o islamismo  |
| Língua:                         | O português é a língua oficial, embora o crioulo seja falado por mais de 90% da população |
| Unidade monetária:              | Franco CFA BCEAO (XOF)<br>1EUR=655,96 XOF (paridade fixa face ao euro)                    |
| Risco de Crédito:               | 7 (1 = risco menor; 7 = risco maior) – COSEC, fevereiro 2017                              |
| Política de cobertura de risco: | Todos os prazos – Fora de cobertura – COSEC, fevereiro 2017                               |

Principais relações internacionais e regionais:

A Guiné-Bissau integra, entre outros, o Banco Africano de Desenvolvimento ([African Development Bank – AfDB](#)), o Banco Islâmico de Desenvolvimento ([Islamic Development Bank – IDB](#)), a [Organisation Internationale de la Francophonie](#) e a Organização das Nações Unidas ([United Nations – UN](#)) e suas agências especializadas ([Specialized Agencies, Related Organizations, Funds, and Other](#)). Este país é, ainda, membro da Organização Mundial do Comércio ([World Trade Organization – WTO](#)) desde 31 de maio de 1995. A nível regional faz parte da União Africana ([African Union – AU](#)), da [Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental \(CEDEAO\)](#), da [Comunidade dos Países de Língua Portuguesa \(CPLP\)](#), da Organização para a Harmonização do Direito Comercial em África ([Organisation pour l'Harmonisation en Afrique du Droit des Affaires – OHADA](#)), da União Económica e Monetária Oeste Africana ([Union Economique et Monétaire Ouest Africaine – UEMOA](#)) e da Comunidade Financeira Africana (CFA), inserindo-se na denominada [Zona do Franco africana](#), cujos membros partilham uma moeda comum (o Franco CFA), a qual está fixada e convertível face ao Euro através de um acordo monetário especial com a França.

Relacionamento com a União Europeia (UE):

As relações comerciais da Guiné-Bissau com a União Europeia (UE) processam-se no âmbito do [Acordo Cotonou \(texto consolidado do Acordo\)](#), o qual entrou em vigor a 1 de abril de 2003, e que vem substituir as Convenções de Lomé que durante décadas enquadraram as relações de cooperação entre a UE e os países de África, Caraíbas e

Pacífico (ACP). Há mais de 30 anos que estes Acordos conferem um acesso privilegiado dos produtos ACP ao mercado comunitário.

No entanto, no âmbito da parceria UE/Países ACP, as partes acordaram em concluir novos convénios comerciais compatíveis com as regras da OMC ([Acordos de Parceria Económica – APE](#)), eliminando progressivamente os obstáculos às trocas comerciais e reforçando a cooperação em domínios conexos como a normalização, a certificação e o controlo da qualidade, a política da concorrência, a política do consumidor, entre outros.

Nesta sequência, [a UE concluiu as negociações com os países da Communauté Économique des Etats de l’Afrique de l’Ouest \(CEDEAO\)](#) com vista à celebração de um APE regional que promova o comércio entre as partes (implantação de uma Zona de Comércio Livre, que permita o acesso privilegiado dos produtos de ambas as partes no território da outra parte), estimule o crescimento económico dos países da CEDEAO e reforce a integração regional. Este APE regional [foi rubricado a 30 de junho de 2014 e aprovado para assinatura pelos Chefes de Estado dos países ECOWAS a 10 de julho de 2014, aguardando a assinatura/ratificação por ambas as partes para a respetiva aplicação provisória](#) (informações atualizadas sobre as negociações podem ser obtidas no [Overview of Ongoing Negotiations](#)).

Até à aplicação deste Acordo regional os produtos originários da Guiné-Bissau têm acesso privilegiado ao mercado comunitário, ou seja, redução/isenção de direitos aduaneiros, através do regime "Tudo menos armas" do [Sistema de Preferências Generalizadas](#), não existindo qualquer acesso privilegiado na entrada dos produtos comunitários no território da Guiné-Bissau ([Practical guide to the new GSP trade regimes for developing countries](#)).

Mais informação sobre o relacionamento bilateral entre as partes pode ser consultada no Portal [European External Action Service \(EEAS\) – Guinea Bissau – Relations with the EU](#) e a evolução das negociações entre a UE e a ECOWAS no tema [Countries and Regions – West Africa](#). Por sua vez, o [site da CEDEAO](#) também disponibiliza informação sobre o Acordo Regional UE/CEDEAO.

## Ambiente de Negócios

|   |                      |  |                      |
|---|----------------------|--|----------------------|
| Competitividade (Rank Global Competitiveness Index 2016-17) | <a href="#">n.d.</a> | Facilidade de Negócios (Rank Doing Business Rep. 2017) | <a href="#">172º</a> |
| Transparência (Rank no Corruption Perceptions Index 2016)   | <a href="#">168º</a> | Ranking Global (EIU, entre 82 mercados)                | <a href="#">n.d.</a> |

Nota: n.d. – não disponível

## 2. Economia

### 2.1. Situação Económica e Perspetivas

Com uma população estimada em cerca de 1,8 milhões de habitantes (dos quais aproximadamente de 49% vive em zonas urbanas e mais de 60% tem menos de 25 anos de idade) e caracterizada por uma taxa de alfabetização que ronda os 60%, uma esperança de vida de 50,6 anos e um Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* abaixo dos 700 USD (cerca de 2/3 da população vive abaixo do limiar da pobreza), a Guiné-Bissau encontra-se entre os países mais pobres do mundo, ocupando a 178ª posição (em 185 países), de acordo com o Índice de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), 2015.

A economia guineense assenta basicamente no sector primário - agricultura e pescas. De acordo com dados do *Economist Intelligence Unit* (EIU), em 2014 o PIB repartia-se por agricultura, florestas e pescas (43,9%), serviços (42,5%) e indústria (13,6%). O sector agrícola inclui culturas de subsistência como o arroz, milho, feijão, batatas, inhame, cana-de-açúcar e frutos tropicais. A cultura da castanha de caju tem uma importância fulcral na economia do país – corresponde a cerca de 1/3 do PIB, e a mais de 85% da receita das exportações. O país é altamente dependente da agricultura de subsistência, da exportação de caju e da ajuda externa.

Apesar da quase inexistência de indústria de transformação, a Guiné-Bissau é um dos principais produtores a nível mundial de castanha de caju. A pecuária está em fase de desenvolvimento, tal como a exploração florestal (que cobre mais de 50% do território), atividade que o Governo pretende controlar para evitar a delapidação das florestas.

Com 350 Km de costa, a pesca é outro sector com grandes potencialidades. A indústria transformadora é incipiente, sendo constituída basicamente por bens de consumo e alimentares (sobretudo cerveja e refrigerantes, essencialmente para consumo interno) e por produtos resultantes da transformação de madeira. O país é rico em bauxite e fosfato, estando a extração deste último minério a dar os primeiros passos.

Nos últimos anos, a instabilidade política não tem permitido o necessário desenvolvimento da economia guineense, o que provocou uma variação negativa do PIB em 2012<sup>1</sup>. Posteriormente, esta tendência inverteu-se e assistiu-se, embora apenas durante alguns meses, a uma recuperação da atividade económica e a uma maior estabilização orçamental. Por outro lado, a elevada dependência do sector primário, em particular da evolução no mercado da castanha de caju, condiciona substancialmente o desempenho económico do país.

---

<sup>1</sup> Na sequência do golpe militar de 2012, o país viu ser suspensa a ajuda externa. Esta foi retomada a seguir às eleições de 2014; no entanto, em meados de 2016, grande parte da ajuda externa voltou a ser suspensa devido à turbulência política e ao anúncio do resgate de dois bancos guineenses (posteriormente anulado).

O clima de instabilidade política, que se viveu nos últimos anos, trouxe perturbações à economia guineense, minando a confiança das empresas e consumidores, para além de provocar atrasos nos projetos de investimento público e nos planos de investimento estrangeiro no sector extrativo. No pressuposto de condições atmosféricas favoráveis, a produção de caju atingirá níveis elevados (em 2016 registou o melhor ano de sempre, com cerca de 200 toneladas), muito embora a volatilidade da sua cotação, uma procura externa variável, a ausência de uma política eficaz para o sector, as deficientes infraestruturas rurais e a sua comercialização fora dos circuitos habituais continuem a restringir um aumento da sua produção.

Neste cenário, o EIU estima que em 2016 o crescimento do PIB tenha desacelerado para 2,4%, repercutindo a diminuição dos fluxos de ajuda externa. Para 2017 e 2018, e num quadro de menor tensão política e da retoma da ajuda internacional, o EIU considera que o crescimento económico acelerará para 3,5% e 3,6%, respetivamente<sup>2</sup>. Com o aumento da segurança e da melhoria do acesso aos meios de produção, o sector agrícola deverá continuar a crescer (representa atualmente cerca de 45% do PIB guineense). Por outro lado, as falhas no fornecimento de energia, a que se juntam infraestruturas obsoletas, impedem o crescimento da indústria transformadora. O esforço para aumentar o valor acrescentado dos produtos agrícolas só deverá ter efeitos a longo prazo, e o potencial mineral do país continua, em grande parte, por explorar.

### Principais Indicadores Macroeconómicos

|                                | Unidade             | 2014 <sup>a</sup> | 2015 <sup>a</sup> | 2016 <sup>b</sup> | 2017 <sup>b</sup> | 2018 <sup>b</sup> | 2019 <sup>b</sup> |
|--------------------------------|---------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| População                      | Milhões             | 1,7               | 1,8               | 1,8               | 1,9               | 1,9               | 1,9               |
| PIB a preços de mercado        | 10 <sup>9</sup> CFA | 595,5             | 626,4             | 688,5             | 730,1             | 782,8             | 840,5             |
| PIB a preços de mercado        | 10 <sup>3</sup> USD | 1 111             | 1 056             | 1 168             | 1 239             | 1 332             | 1 439             |
| PIB <i>per capita</i> (em PPP) | USD                 | 639,4             | 594,4             | 642,6             | 666,5             | 700,5             | 740,0             |
| Crescimento real do PIB        | Var. %              | 2,5               | 4,8               | 2,4               | 3,5               | 3,6               | n.d.              |
| Exportações de bens e serviços | Var. %              | -13,5             | 16,8              | 1,7               | 3,2               | 3,2               | 8,5               |
| Importações de bens e serviços | Var. %              | 20,9              | 22,4              | 19,0              | 2,1               | 3,1               | 6,3               |
| Formação bruta de capital fixo | Var. %              | 1,7               | 11,5              | -1,9              | 5,7               | 6,3               | n.d.              |
| Taxa de inflação (média)       | %                   | -1,0              | 1,4               | 2,5               | 2,8               | 3,0               | 3,0               |
| Dívida pública                 | % do PIB            | 50,4              | 52,9              | 47,3              | 45,7              | 43,4              | 42,1              |
| Saldo do sector público        | % do PIB            | -3,7              | -6,0              | -6,3              | -3,5              | -2,6              | n.d.              |
| Balança corrente               | % do PIB            | -3,3              | -1,1              | -1,7              | -2,8              | -3,2              | -3,0              |
| Taxa de câmbio (média)         | 1USD=xCFA           | 494,4             | 591,4             | 590,8             | 593,6             | 597,0             | n.d.              |

Fonte: The Economist Intelligence Unit (EIU); Fundo Monetário Internacional (FMI)

Notas: (a) Valores efetivos; (b) Projeções; n.d. – não disponível

CFA – Franco CFA

<sup>2</sup> Para o período 2016-2018, o Fundo Monetário Internacional (FMI) projeta taxas de crescimento de, respetivamente, 4,8%, 5,0% e de novo 5,0%.

Refletindo a subida de preços dos encargos com a habitação, transportes e *commodities*, em 2016 a taxa de inflação terá subido para 2,5% (1,4% em 2015). Para o ano em curso, o EIU antecipa uma ligeira subida deste indicador – para 2,8% –, com o crescimento económico a exercer pressão do lado da procura e com a subida das *commodities* a aliviar a pressão do lado da oferta. Idêntica combinação de fatores deverá impulsionar a taxa de inflação para 3% em 2018.

Como referido, as exportações guineenses dependem, na grande maioria, do sector do caju, habitualmente responsável por mais de 85% das receitas da exportação. Impulsionada pela crescente produção de caju e pela subida da sua cotação internacional, em 2016 – e pelo segundo ano consecutivo – a balança corrente guineense deverá registar um saldo positivo de cerca de 3,9% do PIB. Em 2017-18, as exportações continuarão fortemente dependentes deste sector, se bem que, na globalidade, as vendas ao exterior deverão decrescer, uma vez que aumento da produção mundial de caju implicará uma descida do seu preço; por outro lado, a fatura das importações deverá crescer, arrastada pelo aumento da cotação do petróleo e dos produtos alimentares, bem como a importação de bens de equipamento destinados aos projetos de investimento estrangeiro.

A subida do défice da balança de serviços, em 2017-18, acompanhará o crescimento das importações, com o arranque de projetos infraestruturais e do sector extrativo. As remessas dos emigrantes irão aumentar, graças à moderada recuperação das economias que acolhem a diáspora guineense. O aumento da ajuda externa irá contribuir para uma subida dos fluxos da balança de rendimentos. O EIU antevê uma subida do défice da balança corrente (de 1,7% do PIB em 2016 para 2,8% em 2017), com o crescimento dos fluxos da ajuda externa a serem anulados pelo agravamento das balanças comerciais e de serviços. Estes défices serão, sobretudo, financiados por empréstimos concessionais de bancos de desenvolvimento regionais, instituições multilaterais e entidades de desenvolvimento bilateral.

A atuação do Executivo guineense será orientada pelo plano estratégico e operacional *Terra Ranka 2025* que, numa primeira fase (2015-20), define uma série de objetivos ambiciosos, incluindo assegurar a autossuficiência do país em arroz, o desenvolvimento do arquipélago dos Bijagós como um centro de referência mundial do ecoturismo, e ainda duplicar o valor acrescentado do sector das pescas e a criação de um importante projeto de exploração de fosfatos em Farim. Neste momento, e para o período 2015-25, os doadores internacionais alocaram um total de 1,1 mil milhões de dólares, um montante idêntico ao PIB do país.

A diversificação da economia, e consequente redução da dependência do país do sector do caju, constitui outro dos grandes objetivos da Guiné-Bissau. As autoridades pretendem conciliar este aspeto com as reformas institucionais (que contemplam a melhoria do abastecimento de água e energia elétrica), bem como a promoção da atividade económica privada. No entanto, estes planos de diversificação irão, provavelmente ser condicionados pela fraca situação infraestrutural do país.

Tendo em conta que os fundos provenientes do exterior têm um peso superior ao da receita fiscal, a suspensão da ajuda externa teve um impacto significativo nas finanças públicas em 2016, com o défice orçamental a crescer até 6,3% do PIB. No entanto, o previsível retomar da ajuda externa deverá



contribuir para uma redução do défice, em 2017-18, para uma média anual de 3,1% do PIB. Nos últimos anos, a aplicação de uma taxa sobre as exportações de caju provocou um aumento significativo da receita fiscal<sup>3</sup>. Visto que, atualmente, a cotação internacional do caju está em alta, é provável que este rácio tenha crescido em 2016. Não obstante, a coleta fiscal do país situa-se ainda bem abaixo de 20% do PIB, o critério de convergência definido pela União Económica e Monetária Oeste Africana<sup>4</sup>.

Refletindo a volatilidade política e alguma irregularidade nos fluxos de ajuda externa, o EIU estima que a despesa tenha contraído 5% em 2016 (o Governo tem procurado exercer um controlo mais apertado sobre a despesa pública). Um aumento da estabilidade política em 2017-18 fará aumentar os níveis de despesa, bem como a normalização e a melhoria dos serviços públicos; no entanto, continuarão modestos os níveis de investimento doméstico, devido às restrições financeiras e à menor capacidade de implementar projetos estruturantes. Com o aumento dos fluxos de ajuda externa e a retoma da atividade económica, o défice orçamental de 2017-18 será financiado, sobretudo, por empréstimos concessionais.

## 2.2. Comércio Internacional

No que se refere às transações comerciais, a Guiné-Bissau ocupou, em 2015, a 171ª posição do *ranking* de exportadores e a 191ª enquanto importador. Embora habitualmente largamente deficitária, em 2015 a balança comercial guineense registou um saldo de 30 milhões de dólares, resultante do aumento das exportações em cerca de 36%, enquanto as importações não foram além de um crescimento de 6,6%. Em 2015, o valor das exportações atingiu 259 milhões de USD. Para 2016, o EIU estima que estas tenham voltado a crescer na ordem de 7,5%.

Relativamente às importações, que ascenderam a 229 milhões de USD em 2015, as estimativas apontam para que se tenha verificado uma contração de 2,9% em 2016.

### Evolução da Balança Comercial

| (10 <sup>6</sup> USD)        | 2011             | 2012             | 2013             | 2014             | 2015             |
|------------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| Exportação fob               | 242              | 131              | 153              | 166              | 259              |
| Importação fob               | 240              | 182              | 183              | 214              | 229              |
| Saldo                        | 2                | -51              | -30              | -48              | 30               |
| Coeficiente de cobertura (%) | 100,8            | 72,0             | 83,6             | 77,6             | 113,1            |
| Posição no "ranking" mundial |                  |                  |                  |                  |                  |
| Como exportador              | 173 <sup>a</sup> | 177 <sup>a</sup> | 175 <sup>a</sup> | 174 <sup>a</sup> | 171 <sup>a</sup> |
| Como importador              | 190 <sup>a</sup> | 193 <sup>a</sup> | 193 <sup>a</sup> | 193 <sup>a</sup> | 191 <sup>a</sup> |

Fonte: World Trade Organization (WTO)

<sup>3</sup> A receita fiscal guineense cresceu de 7% do PIB (2013) para 10,3% em 2015.

<sup>4</sup> Anualmente, o país perde cerca de 1/3 da taxa sobre as exportações devido ao contrabando de caju.

A Índia constitui o principal cliente da Guiné-Bissau representando, em 2015, cerca de 72% das suas exportações. De salientar que, ao longo dos últimos anos, o peso do mercado indiano tem vindo a consolidar-se. Dos restantes clientes, destaca-se o Vietname, que ocupa o 2º lugar do *ranking*, com uma quota de 11,4%. Portugal tem representado quotas pouco expressivas nas exportações guineenses ocupando, em 2015, o 15º lugar com uma quota de 0,10%.

### Principais Clientes

| Mercado         | 2013      |         | 2014  |         | 2015      |         |
|-----------------|-----------|---------|-------|---------|-----------|---------|
|                 | Quota (%) | Posição | Quota | Posição | Quota (%) | Posição |
| Índia           | 45,0      | 1ª      | 60,6  | 1ª      | 71,6      | 1ª      |
| Vietname        | 20,5      | 2ª      | 10,7  | 3ª      | 11,4      | 2ª      |
| China           | 5,5       | 4ª      | 18,8  | 2ª      | 6,3       | 3ª      |
| Togo            | 5,0       | 5ª      | 5,1   | 4ª      | 4,9       | 4ª      |
| Costa do Marfim | 1,7       | 7ª      | 0,0   | 67ª     | 1,0       | 5ª      |

Fonte: International Trade Centre (ITC)

Nota: Mirror data (dados reportados pelos parceiros)

Relativamente aos principais fornecedores, destacam-se dois países – Portugal e Senegal - responsáveis por 51,5% das mercadorias importadas em 2015. Portugal tem ocupado uma posição relativamente estável enquanto fornecedor da Guiné-Bissau, oscilando entre o 1º e o 2º lugar.

### Principais Fornecedores

| Mercado         | 2013        |           | 2014        |           | 2015        |           |
|-----------------|-------------|-----------|-------------|-----------|-------------|-----------|
|                 | Quota (%)   | Posição   | Quota (%)   | Posição   | Quota (%)   | Posição   |
| <b>Portugal</b> | <b>28,8</b> | <b>1ª</b> | <b>20,9</b> | <b>2ª</b> | <b>28,4</b> | <b>1ª</b> |
| Senegal         | 28,3        | 2ª        | 21,9        | 2ª        | 23,1        | 2ª        |
| China           | 3,7         | 5ª        | 4,2         | 6ª        | 3,4         | 3ª        |
| Espanha         | 3,5         | 4ª        | 4,3         | 4ª        | 3,2         | 4ª        |
| Paquistão       | 1,5         | 15ª       | 2,7         | 8ª        | 1,7         | 5ª        |

Fonte: International Trade Centre (ITC)

Nota: Mirror data (dados reportados pelos parceiros)

Como anteriormente referido, as exportações da Guiné-Bissau estão concentradas, na sua maioria, na castanha de caju. Em 2015, este produto representou mais de 83% do total das vendas guineenses ao exterior (71,3% em 2014 e 65,3% em 2013). São ainda de assinalar as exportações de peixes (8,6% do total de 2015) e de madeira (6,3%).

A composição das importações é, naturalmente, mais diversificada, mas apresenta três grupos de produtos tradicionalmente dominantes: produtos petrolíferos (14,4% em 2015), produtos alimentares (7,9%) e plásticos (5,7%).

#### Principais Produtos Transacionados – 2015

| Exportações / Sector                        | %    | Importações / Sector                      | %    |
|---|------|---|------|
| 08 – Frutas; cascas de citrinos e de melões | 83,4 | 27 – Combustíveis e óleos minerais        | 14,4 |
| 03 – Peixes, crustáceos e moluscos          | 8,6  | 10 – Cereais                              | 7,9  |
| 44 – Madeira, carvão e obras de madeira     | 6,3  | 39 – Plásticos e seus artigos             | 5,7  |
| 12 – Sementes e frutos oleaginosos          | 1,1  | 85 - Máquinas e aparelhos elétricos       | 5,7  |
| 72 - Ferro fundido, ferro e aço             | 0,2  | 19 – Preparações e produtos de pastelaria | 5,6  |

Fonte: International Trade Centre (ITC)

### 2.3. Investimento Estrangeiro

O atual nível de desenvolvimento do país e as frequentes crises políticas têm condicionado a entrada de fluxos de investimento direto estrangeiro (IDE). De acordo com o *World Investment Report* publicado pela UNCTAD, entre 2011 e 2015 a Guiné-Bissau recebeu 99 milhões de USD de investimento direto estrangeiro. No ano de 2015, e num universo de 207 países, a Guiné-Bissau posicionou-se no 174º lugar do *ranking* mundial enquanto recetor de IDE.

Apesar das importantes reservas de bauxite, de fosfato e de petróleo, não se tem verificado o arranque, em larga escala, da exploração mineira. Apenas o Canadá tem revelado um interesse sério na exploração dos recursos minerais do país.

#### Investimento Direto

| (10 <sup>6</sup> USD)                       | 2011             | 2012             | 2013             | 2014             | 2015             |
|---|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| Investimento estrangeiro na Guiné-Bissau    | 25               | 7                | 20               | 29               | 18               |
| Investimento da Guiné-Bissau no estrangeiro | 1                | 0                | 0                | 3                | 0                |
| Posição no “ranking” mundial                |                  |                  |                  |                  |                  |
| Como recetor                                | 177 <sup>a</sup> | 186 <sup>a</sup> | 183 <sup>a</sup> | 180 <sup>a</sup> | 174 <sup>a</sup> |
| Como emissor                                | 133 <sup>a</sup> | 126 <sup>a</sup> | 138 <sup>a</sup> | 130 <sup>a</sup> | 137 <sup>a</sup> |

Fonte: UNCTAD – World Investment Report

Enquanto emissor de investimento para o exterior, a Guiné-Bissau não tem qualquer expressão.

## 2.4. Turismo

De acordo com os dados publicados pela Organização Mundial de Turismo (OMT), em 2015 entraram nas fronteiras da Guiné-Bissau 43 800 turistas, o que correspondeu um acréscimo de 17,6% face ao ano anterior. Quanto às receitas geradas, estas atingiram 27,2 milhões de USD em 2013 (último ano disponível).

Na Guiné-Bissau faltam as estruturas para acolher turistas. Existem algumas unidades hoteleiras em Bissau, bem como no Arquipélago dos Bijagós. Todavia, são insuficientes as ligações marítimas, assim como a rede rodoviária, sobretudo na capital. São também necessários investimentos ao nível da saúde e, sobretudo, de divulgação do potencial do país, quanto ao ecoturismo, turismo cinegético, entre outros.

### Indicadores do Turismo

|   | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 |
|---|------|------|------|------|------|
| Turistas <sup>a</sup> (10 <sup>3</sup> )    | 36,7 | 35,4 | 35,5 | 36,1 | 43,8 |
| Receitas <sup>b</sup> (10 <sup>6</sup> USD) | 31,5 | 19,8 | 27,2 | n.d. | n.d. |

Fonte: Organização Mundial de Turismo - OMT

Notas: n.d. – não disponível

(a) Inclui apenas dormidas na hotelaria global

(b) Não inclui as receitas de transporte

## 3. Relações Económicas com Portugal

### 3.1. Comércio de Bens e Serviços

Em 2015, a quota da Guiné-Bissau no comércio internacional português de bens e serviços foi de 0,12%, enquanto cliente, e de 0,01%, como fornecedor, ambas em linha com as registadas no período em análise (2011-2015).

#### Quota da Guiné-Bissau no Comércio Internacional Português de Bens e Serviços

|  | Unidade   | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 |
|--|-----------|------|------|------|------|------|
| Guiné-Bissau como cliente de Portugal    | % Export. | 0,12 | 0,13 | 0,11 | 0,10 | 0,11 |
| Guiné-Bissau como fornecedor de Portugal | % Import. | 0,01 | 0,01 | 0,01 | 0,01 | 0,01 |

Fonte: Banco de Portugal

No período 2011-2015, as exportações portuguesas de bens e serviços para a Guiné-Bissau registaram um crescimento médio anual de 2,5%, para o que contribuiu o resultado de 2015. Ao nível das importações, apesar das reduções registadas nos valores de 2013 e 2014, averbou uma taxa média de crescimento anual de 8,3%. O saldo da balança comercial de bens e serviços, habitualmente positivo, atingiu, neste último ano, um *superavit* de 72,9 milhões de euros, o melhor resultado dos últimos 5 anos.

#### Balança Comercial de Bens e Serviços de Portugal com a Guiné-Bissau

| (10 <sup>6</sup> EUR) | 2011 | 2012  | 2013 | 2014 | 2015 | Var %<br>15/11 <sup>a</sup> | Var %<br>15/14 <sup>b</sup> |
|-----------------------|------|-------|------|------|------|-----------------------------|-----------------------------|
| Exportações           | 74,2 | 81,9  | 77,2 | 68,8 | 80,0 | 2,5                         | 16,2                        |
| Importações           | 6,2  | 9,2   | 5,8  | 5,6  | 7,0  | 8,3                         | 25,6                        |
| Saldo                 | 68,0 | 72,7  | 71,4 | 63,2 | 72,9 | --                          | --                          |
| Coef. Cobertura (%)   | §    | 890,4 | §    | §    | §    | --                          | --                          |

Fonte: Banco de Portugal

Notas: (a) Média aritmética das taxas de crescimento anuais no período 2011-2015; (b) Taxa de variação homóloga 2014-2015

Devido a diferenças metodológicas de apuramento, o valor referente a "Bens e Serviços" não corresponde à soma ["Bens" (INE) + "Serviços" (Banco de Portugal)]. Componente de Bens com base em dados INE, ajustados para valores f.o.b.  
§ - Coeficiente de Cobertura > 1000%

#### 3.1.1. Comércio de Bens

De acordo com os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), a Guiné-Bissau ocupa uma posição modesta enquanto cliente de Portugal – 50<sup>a</sup> em 2015 – com uma quota praticamente residual em termos de exportações portuguesas (0,15%). Como fornecedor de Portugal, esse relacionamento comercial é ainda mais modesto, com a Guiné-Bissau a ocupar a 150<sup>a</sup> posição, em linha com as de anos anteriores.

Para o comércio internacional da Guiné-Bissau e segundo as estatísticas do *International Trade Centre* (ITC) relativas a 2015, a importância de Portugal, enquanto cliente e fornecedor, é bastante mais expressiva (15<sup>a</sup> e 1<sup>a</sup> posição, respetivamente), com quotas de 0,10% ao nível das exportações e de 28,4% no que se refere às importações.

#### Posição e Quota da Guiné-Bissau no Comércio Internacional Português de Bens

|                 |         | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016<br>jan/nov |
|-----------------|---------|------|------|------|------|------|-----------------|
| Como cliente    | Posição | 48   | 48   | 47   | 50   | 50   | 49              |
|                 | %       | 0,15 | 0,16 | 0,15 | 0,14 | 0,15 | 0,16            |
| Como fornecedor | Posição | 147  | 162  | 152  | 149  | 150  | 152             |
|                 | %       | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00            |

Fonte: INE - Instituto Nacional de Estatística

A balança comercial entre os dois países, tradicionalmente favorável a Portugal, registou em 2015 o maior saldo do período em análise, atingindo 73,5 milhões de euros.

Entre 2011 e 2015, os valores das exportações portuguesas para a Guiné-Bissau diminuíram em 2013 e 2014 (para valores superiores aos verificados em 2011), voltando a crescer em 2015, o que conduziu a uma taxa média de crescimento anual nesse período de 3,9%. No período janeiro-novembro de 2016, as exportações portuguesas para o mercado cifraram-se em 73,2 milhões de euros, um acréscimo homólogo de 10%.

Ao nível das importações, que registaram o mesmo valor nos últimos três anos do período 2011-15 (0,2 milhões de euros), assinalaram um crescimento médio anual de 77%. Nos primeiros 11 meses de 2016, as nossas compras ao mercado registaram, em termos homólogos, uma subida de 7,4%.

#### Balança Comercial de Bens de Portugal com a Guiné-Bissau

| (10 <sup>6</sup> EUR) | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | Var %<br>15/11 <sup>a</sup> | 2015<br>jan/nov | 2016<br>jan/nov | Var %<br>16/15 <sup>b</sup> |
|-----------------------|------|------|------|------|------|-----------------------------|-----------------|-----------------|-----------------------------|
| Exportações           | 64,2 | 71,5 | 69,8 | 64,9 | 73,7 | 3,9                         | 66,5            | 73,2            | 10,0                        |
| Importações           | 0,3  | 0,0  | 0,2  | 0,2  | 0,2  | 77,0                        | 0,2             | 0,2             | 7,4                         |
| Saldo                 | 64,0 | 71,5 | 69,6 | 64,7 | 73,5 | --                          | 66,3            | 73,0            | --                          |
| Coef. Cobertura       | §    | §    | §    | §    | §    | --                          | §               | §               | --                          |

Fonte: INE - Instituto Nacional de Estatística

Notas: (a) Média aritmética das taxas de crescimento anuais no período 2011-2015

(b) Taxa de variação homóloga

2011 a 2014: resultados definitivos; 2015: resultados provisórios; 2016: resultados preliminares

§ - Coeficiente de Cobertura > 1000%

Relativamente à estrutura das exportações portuguesas para a Guiné-Bissau, constata-se uma significativa concentração nos combustíveis minerais (35,3% do total em 2015) e nos produtos alimentares (18,7%), grupos que, no seu conjunto, representaram 54% do total. De referir que, nesse ano, os combustíveis minerais registaram um acréscimo de 0,1% face ao ano anterior, ao invés do que sucedeu com os produtos alimentares (-7,9%).

Numa análise mais detalhada, a quatro dígitos da Nomenclatura Combinada (NC), verifica-se que em 2015 os três produtos mais representativos (ordem decrescente), foram os seguintes: óleos de petróleo ou metais betuminosos (35,3% do total, com uma variação nula face a 2014); cervejas de malte (6,5%, correspondendo a uma quebra de 25,1% em relação ao ano anterior) e os vinhos de uvas frescas, com 5,7% do total, uma descida de 9,3% face a 2014.

### Exportações de Portugal para a Guiné-Bissau por Grupos de Produtos

| (10 <sup>6</sup> EUR)            | 2011        | % Tot 11     | 2014        | % Tot 14     | 2015        | % Tot 15     | Var % 15/14 |
|----------------------------------|-------------|--------------|-------------|--------------|-------------|--------------|-------------|
| Combustíveis minerais            | 22,4        | 34,9         | 26,0        | 40,1         | 26,1        | 35,3         | 0,1         |
| Produtos alimentares             | 13,4        | 20,8         | 15,0        | 23,0         | 13,8        | 18,7         | -7,9        |
| Minerais e minérios              | 6,2         | 9,6          | 5,6         | 8,6          | 8,6         | 11,6         | 53,2        |
| Máquinas e aparelhos             | 6,8         | 10,7         | 4,2         | 6,5          | 6,1         | 8,3          | 44,4        |
| Produtos agrícolas               | 3,6         | 5,6          | 3,6         | 5,5          | 4,8         | 6,5          | 34,6        |
| Metais comuns                    | 2,9         | 4,6          | 2,1         | 3,3          | 3,1         | 4,2          | 47,5        |
| Veículos e outro mat. transporte | 3,0         | 4,6          | 2,3         | 3,5          | 2,8         | 3,8          | 21,8        |
| Produtos químicos                | 1,6         | 2,4          | 1,7         | 2,7          | 1,7         | 2,3          | -3,9        |
| Plásticos e borracha             | 1,1         | 1,7          | 1,0         | 1,5          | 1,3         | 1,8          | 37,1        |
| Instrumentos de ótica e precisão | 0,2         | 0,3          | 0,3         | 0,4          | 0,5         | 0,7          | 94,2        |
| Pastas celulósicas e papel       | 0,4         | 0,6          | 0,5         | 0,8          | 0,5         | 0,6          | -7,3        |
| Madeira e cortiça                | 0,2         | 0,4          | 0,2         | 0,3          | 0,4         | 0,5          | 76,2        |
| Vestuário                        | 0,2         | 0,4          | 0,5         | 0,7          | 0,4         | 0,5          | -23,0       |
| Matérias têxteis                 | 0,4         | 0,6          | 0,3         | 0,5          | 0,4         | 0,5          | 8,6         |
| Calçado                          | 0,1         | 0,2          | 0,1         | 0,2          | 0,1         | 0,1          | -34,1       |
| Peles e couros                   | 0,0         | 0,0          | 0,0         | 0,0          | 0,1         | 0,1          | 179,2       |
| Outros produtos (a)              | 1,6         | 2,6          | 1,5         | 2,2          | 3,2         | 4,3          | 119,3       |
| <b>Total</b>                     | <b>64,2</b> | <b>100,0</b> | <b>64,9</b> | <b>100,0</b> | <b>73,7</b> | <b>100,0</b> | <b>13,5</b> |

Fonte: INE - Instituto Nacional de Estatística

Nota: (a) Tabaco, chapéus, guarda-chuvas, pedras e metais preciosos, armas, mobiliário, brinquedos, obras de arte, obras diversas.

Dados relativos a 2015 indicam que 53,9% das exportações para a Guiné-Bissau de produtos industriais transformados incidiram em produtos classificados como de média-baixa tecnologia. Seguiram-se os produtos de baixa intensidade tecnológica (29,8%), de média-alta tecnologia (13,3%) e de alta intensidade tecnológica (3%). De salientar que 98,4% das exportações totais dizem respeito a produtos industriais transformados.

De 2011 para 2015, e segundo dados do INE, o número de empresas exportadoras para este mercado subiu de 886 para 903 empresas.

No que diz respeito às importações portuguesas provenientes da Guiné-Bissau, estas centram-se, de forma marcante, nos metais comuns, que representaram 58,2% do total importado em 2015, que registaram um decréscimo de 27,5% face ao ano anterior. Surgem a seguir os instrumentos de ótica e precisão com 12,9% do total, o que configura uma subida de 556,5% face a 2014.

### Importações de Portugal Provenientes da Guiné-Bissau por Grupos de Produtos

| (10 <sup>6</sup> EUR)            | 2011       | % Tot 11     | 2014       | % Tot 14     | 2015       | % Tot 15     | Var % 15/14 |
|----------------------------------|------------|--------------|------------|--------------|------------|--------------|-------------|
| Metais comuns                    | 0,2        | 57,7         | 0,2        | 88,4         | 0,1        | 58,2         | -27,5       |
| Instrumentos de ótica e precisão | 0,0        | 10,7         | 0,0        | 2,2          | 0,0        | 12,9         | 556,5       |
| Máquinas e aparelhos             | 0,0        | 5,1          |            |              | 0,0        | 5,5          | §           |
| Produtos químicos                | 0,0        | 0,0          |            |              | 0,0        | 2,3          | §           |
| Produtos agrícolas               | 0,0        | 17,8         | 0,0        | 3,6          | 0,0        | 2,2          | -33,1       |
| Veículos e outro mat. transporte | 0,0        | 3,4          | 0,0        | 0,2          | 0,0        | 2,0          | §           |
| Produtos alimentares             | 0,0        | 3,2          | 0,0        | 0,3          | 0,0        | 0,6          | 158,7       |
| Plásticos e borracha             | 0,0        | 0,0          | 0,0        | 0,3          | 0,0        | 0,4          | 81,7        |
| Matérias têxteis                 | 0,0        | 0,1          |            |              | 0,0        | 0,2          | §           |
| Minerais e minérios              | 0,0        | 0,0          |            |              | 0,0        | 0,1          | §           |
| Madeira e cortiça                | 0,0        | 0,1          | 0,0        | 1,6          |            |              | -100,0      |
| Combustíveis minerais            |            |              | 0,0        | 0,2          |            |              | -100,0      |
| Vestuário                        | 0,0        | 1,2          |            |              |            |              | §           |
| Calçado                          | 0,0        | 0,2          |            |              |            |              | §           |
| Pastas celulósicas e papel       | 0,0        | 0,1          |            |              |            |              | §           |
| Peles e couros                   | 0,0        | 0,0          |            |              |            |              | §           |
| Outros produtos (a)              | 0,0        | 0,3          | 0,0        | 3,3          | 0,0        | 15,6         | 415,1       |
| <b>Total</b>                     | <b>0,3</b> | <b>100,0</b> | <b>0,2</b> | <b>100,0</b> | <b>0,2</b> | <b>100,0</b> | <b>10,1</b> |

Fonte: INE - Instituto Nacional de Estatística

Nota: (a) Tabaco, chapéus, guarda-chuvas, pedras e metais preciosos, armas, mobiliário, brinquedos, obras de arte, obras diversas.

§ - Coeficiente de variação >= 1000% ou valor zero em 2013

Numa análise mais desagregada das importações em 2015 (a quatro dígitos da NC), destacam-se os desperdícios, resíduos e sucatas de ferro fundido, ferro ou aço (57,7% do total), as antiguidades com mais de cem anos (15,5%) e os instrumentos e aparelhos para medicina, cirurgia, odontologia e veterinária (12,9%).

#### 3.1.2. Comércio de Serviços

Também no sector dos serviços, o mercado da Guiné-Bissau tem um papel residual para o comércio internacional português quer enquanto cliente de Portugal, quer como fornecedor, absorvendo, em 2015, 0,03% do total das exportações, e fornecendo apenas 0,05% do total das importações portuguesas de serviços.



### Quota da Guiné-Bissau no Comércio Internacional Português de Serviços

|                 |               | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 |
|-----------------|---------------|------|------|------|------|------|
| Como cliente    | % Exportações | 0,05 | 0,05 | 0,03 | 0,02 | 0,03 |
| Como fornecedor | % Importações | 0,04 | 0,06 | 0,04 | 0,04 | 0,05 |

Fonte: Banco de Portugal

No período em análise, em 2014 e 2015 a balança comercial de serviços entre os dois países foi favorável à Guiné-Bissau, invertendo uma tendência habitual, refletida no diferencial de taxas de crescimento das duas variáveis (-1,4% ao ano em média para as exportações e 18,8% para as importações). A taxa de cobertura das importações pelas exportações subiu, em 2015, para 94,1%, enquanto o défice se fixou em 0,4 milhões de euros.

### Balança Comercial de Serviços de Portugal com a Guiné-Bissau

| (10 <sup>6</sup> EUR) | 2011  | 2012  | 2013  | 2014 | 2015 | Var %<br>15/11 <sup>a</sup> | Var %<br>15/14 <sup>b</sup> |
|-----------------------|-------|-------|-------|------|------|-----------------------------|-----------------------------|
| Exportações           | 9,9   | 10,4  | 7,4   | 3,8  | 6,4  | -1,4                        | 66,7                        |
| Importações           | 4,1   | 6,6   | 4,4   | 5,3  | 6,8  | 18,8                        | 27,8                        |
| Saldo                 | 5,8   | 3,8   | 3,0   | -1,5 | -0,4 | --                          | --                          |
| Coef. Cobertura (%)   | 240,7 | 157,2 | 168,4 | 72,2 | 94,1 | --                          | --                          |

Fonte: Banco de Portugal (BdP)

Notas: (a) Média aritmética das taxas de crescimento anuais no período 2011-2015; (b) Taxa de variação homóloga 2014-2015

## 3.2. Investimento

Não existem dados disponíveis que permitam fazer uma análise dos fluxos relativos ao investimento. Deve, no entanto, ser assinalada a presença de mais de 80 empresas portuguesas representadas no mercado, com destaque para o sector dos serviços e distribuição.

## 3.3. Turismo

A Guiné-Bissau assume uma posição marginal no contexto do turismo português contribuindo, em 2015, com cerca de 0,6 milhões de euros do total de receitas (único indicador disponível), o segundo valor mais baixo dos últimos cinco anos.

#### Turismo da Guiné Bissau em Portugal

|                         | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | Var %<br>15/11 <sup>a</sup> | Var %<br>15/14 <sup>b</sup> |
|-------------------------|------|------|------|------|------|-----------------------------|-----------------------------|
| Receitas <sup>b</sup>   | 2,49 | 2,12 | 1,41 | 0,42 | 0,57 | -20,7                       | 35,7                        |
| % do total <sup>c</sup> | 0,03 | 0,02 | 0,02 | 0,00 | 0,00 | --                          | --                          |

Fontes: Banco de Portugal; Instituto Nacional de Estatística

Unidade: Receitas (Milhões de euros); Dormidas (Milhares de unidades)

Notas: (a) Média aritmética das taxas de crescimento anuais no período 2011-2015;

(b) Inclui apenas a hotelaria global

(c) Refere-se ao total de estrangeiros

#### 4. Condições Legais de Acesso ao Mercado

As autoridades governamentais guineenses têm vindo a implementar um programa de liberalização da economia, através da adoção de várias medidas com o objetivo de promover uma economia de mercado e dinamizar o setor privado.

Inserida nos objetivos da UEMOA ([União Económica e Monetária do Oeste Africano](#)), foi criada uma união aduaneira ao abrigo da qual foram eliminados os direitos aduaneiros aplicados às trocas comerciais entre os seus Estados-membros (Benim, Burkina Faso, Costa do Marfim, Guiné-Bissau, Mali, Níger, Senegal e Togo), tendo sido introduzida em janeiro de 2000 uma [Pauta Externa Comum \(PEC\)](#), baseada no Código de Valoração Aduaneira da Organização Mundial do Comércio.

A [PEC UEMOA](#), que incide sobre as importações provenientes de países terceiros à UEMOA, assenta em quatro categorias de bens: i) bens sociais essenciais, material informático, bens de equipamento, bens culturais e científicos; ii) matérias-primas, incluindo petróleo e cereal para a indústria; iii) produtos intermédios, incluindo veículos; e IV) bens de consumo final, aplicando-se, sobre o valor FOB da mercadoria, direitos aduaneiros de 0%, 5%, 10% e 20%, respetivamente, conforme as categorias dos bens atrás descritos.

Contudo, [desde janeiro de 2015, existe uma PEC da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental \(CEDEAO\)](#), que inclui mais 7 países para além dos 8 países membros da UEMOA ([Cabo Verde, Gâmbia, Gana, Guiné, Libéria, Nigéria e Serra Leoa](#)) que, apesar de não ser aplicável em todos os seus Estados membros (como, por exemplo, Cabo Verde), [já é aplicável na Guiné Bissau desde o final do ano passado](#).

Esta PEC CEDEAO substitui a PEC UEMOA, [aditando uma quinta categoria de bens, “v\) bens específicos para o desenvolvimento económico”, com direitos aduaneiros à taxa de 35%, e dispondo de um período de transição de 5 anos para a sua aplicação efetiva \(integral\)](#).

Para além dos direitos aduaneiros acima referidos podem, ainda, ser cobrados vários impostos/taxas, nomeadamente:

- Taxa Estatística / *Redevance Statistique* (1%);
- Imposto Comunitário de Solidariedade/ *Prélèvement Communautaire de Solidarité* (1%);
- Taxa CEDEAO / *Prélèvement Communautaire* (0,5%);
- Imposto Especial Sobre o Consumo (variável de acordo com o produto: bebidas alcoólicas, tabaco, perfumes, cosmética e automóveis, entre outros);
- Imposto Geral sobre as Vendas e Serviços (equivalente ao IVA - 17% para a generalidade dos bens, aplicando-se uma taxa de 10% a alguns produtos alimentares, bens de produção agrícola, entre outros);
- Emolumentos pelos Serviços Aduaneiros.

Entre os documentos a apresentar às autoridades competentes encontram-se a fatura comercial e o certificado de origem (quando solicitado).

Em termos sanitários e fitossanitários, a Guiné-Bissau pode exigir a apresentação de Certificados aquando da entrada de produtos de origem animal ou vegetal.

Nesta sequência, relativamente à exportação de produtos de origem animal (ex.: carnes; lacticínios; ovos) e de produtos de origem vegetal (ex.: plantas; frutas; sementes; e legumes), as empresas portuguesas devem previamente inquirir, respetivamente, junto da [Divisão de Internacionalização e Mercados](#) e [Direção de Serviços de Sanidade Vegetal](#), da [Direção-Geral de Alimentação e Veterinária \(DGAV\)](#) em Portugal, sobre a possibilidade de realizar a exportação dos seus produtos para a Guiné Bissau. Com efeito, pode não ser possível, desde logo, exportar produtos de origem animal ou vegetal para este mercado pelo facto de Portugal não se encontrar habilitado para a exportação (necessidade de acordo entre os serviços veterinários/fitossanitários de Portugal e país de destino no que se refere ao procedimento e/ou modelo de certificado sanitário/fitossanitário).

As barreiras não tarifárias às exportações do setor agroalimentar podem ser consultadas no [Portal GlobalAgriMar, do GPP - Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral](#), tutelado pelo [Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural](#) e [Ministério do Mar](#) (ver tema “Facilitação da Exportação” e, depois, “[Constrangimentos](#)” / “[Constrangimentos à Exportação](#)”). O facto de determinados produtos não constarem na lista de constrangimentos à exportação não significa que Portugal esteja habilitado a exportar para o mercado. Eventualmente, pode nunca ter existido qualquer intenção de exportação por parte de empresas portuguesas, condição indispensável para a DGAV iniciar o processo de habilitação ([Formulário de Exportação](#)).

Para melhor entendimento das várias fases destes processos, consultar, no referido Portal, a apresentação esquemática sobre os processos de habilitação para a exportação de:

- [Animais, Produtos Animais e Produtos/Subprodutos de Origem Animal](#);
- [Vegetais e Produtos Vegetais com Risco Fitossanitário](#).

No que respeita a regulamentação ou exigências de normalização e qualidade não existem regras específicas nacionais. É aconselhável seguir as instruções do importador local.

Também relativamente aos aspetos de rotulagem e embalagem não há regulamentação própria guineense, se bem que, normalmente sejam observadas as regras previstas na legislação portuguesa. Igualmente, neste caso, é aconselhável acatar as indicações do importador.

#### 4.2. Regime de Investimento Estrangeiro

Para facilitar e promover a realização de investimentos importa, desde logo, destacar a importância da adesão da Guiné-Bissau à Agência Multilateral de Garantia de Investimentos ([Multilateral Investment Guarantee Agency – MIGA](#)), do Banco Mundial, e ao Fundo Africano de Garantia e Cooperação Económica ([Fonds Africain de Garantie et de Cooperation Economique – FAGACE](#)).

Com a adesão da Guiné-Bissau à MIGA (Portugal financiou os direitos de entrada), em 31 de maio de 2006, foi dado um importante contributo para a melhoria das condições de investimento no país.

A MIGA foi criada com o objetivo de segurar o capital de Investimento Direto Estrangeiro em países em desenvolvimento contra riscos de natureza política ou não económicos, permitindo a cobertura de: risco de conversão cambial excluindo desvalorização; risco de expropriação; risco de perdas por destruição de bens ou incapacidade de prosseguir atividades resultantes de guerra civil ou insurreição social; e risco por quebra de contrato das autoridades nacionais. Esta agência viabiliza projetos de investimento específicos, facilitando o acesso ao crédito ou a taxas de juro mais favoráveis, para além de permitir prolongar o horizonte de amortização dos financiamentos.

O crescimento e a consolidação do setor privado beneficiam, ainda, da adesão da Guiné-Bissau, em 7 de março de 2006, ao FAGACE, criado em 1977 com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento económico e social dos países membros e promover os investimentos públicos e privados.

As operações de investimento na Guiné-Bissau regem-se pelo Código de Investimento, aprovado pela [Lei n.º 13/2011, de 6 de julho](#), que considera Investimento Estrangeiro todo aquele que é realizado por pessoa singular ou coletiva, de qualquer nacionalidade, em atividades económicas no território da Guiné-Bissau, com recursos que não sejam originários do país.

Estão excluídos do âmbito deste Código os investimentos nas áreas de exploração mineira, petrolífera e florestal, bem como os realizados em zonas francas e lojas francas, que se regem segundo legislação própria ou por contratos de investimento.

Ao investidor é-lhe permitida a transferência de dividendos ou lucros distribuídos, bem como o produto da cessão, venda ou liquidação do investimento efetuado, incluindo as mais-valias, após pagamento dos impostos devidos. O Estado garante a segurança dos bens e direitos resultantes dos investimentos efetuados, beneficiando os projetos de proteção contra a nacionalização, expropriação ou requisição dos seus bens, salvo em razão de interesse ou utilidade públicas.

Relativamente aos [incentivos](#) todos os projetos com um investimento previsto igual ou superior a 34 mil dólares podem beneficiar de um regime comum que contempla 4 tipo de incentivos:

- Incentivos ao investimento (na fase da realização dos investimentos), que se traduzem em isenções sobre direitos aduaneiros / Imposto Geral sobre Vendas para os bens de equipamento destinados à realização do investimento e de peças de reposição cujo valor não exceda 15% do valor dos bens de equipamento. Estes incentivos são concedidos por um prazo máximo de três anos.
- Incentivos à consolidação da empresa e ao emprego (anos iniciais de operação de novas empresas), constituídos por reduções degressivas da contribuição industrial pelo prazo máximo de 7 anos (estão excluídos do seu âmbito os bancos e demais estabelecimentos do setor financeiro).
- Incentivos à formação profissional dos trabalhadores, podendo as empresas deduzir, na determinação da matéria coletável da contribuição industrial, o dobro das despesas de formação efetuadas em cursos especializados realizados em instituições de formação acreditadas pelas entidades competentes (neste caso não se aplica a exigência do montante de investimento igual ou superior a 34 mil dólares).
- Incentivos ao investimento em infraestrutura económica ou social de uso público, onde, os investidores que se instalem fora do Setor Autónomo de Bissau, podem deduzir do imposto devido no ano da sua realização e, se necessário, nos 3 exercícios seguintes, sem prejuízo da dedução como custos na determinação da matéria coletável, a totalidade das despesas com a construção, para uso público, das estradas, portos, aeroportos e hospitais.

Os projetos de investimento que sejam considerados de grande interesse económico para o país, de montante igual ou superior a 80 milhões de dólares, podem obter outros incentivos não previstos (que podem incidir sobre a contribuição industrial, contribuição predial e sobre quaisquer outros impostos sobre o rendimento, assim como sobre a taxa fundiária e outras devidas no âmbito da concessão de terras), a conceder pelo Conselho de Ministros através de contrato de investimento.

A [Guiné-Bissau Investimentos \(G.B.I.\)](#) é a entidade responsável pela promoção ativa de condições propícias à realização de investimento estrangeiro na Guiné-Bissau.

No que diz respeito ao [estabelecimento de empresas](#) a Guiné-Bissau criou o Centro de Formalização das Empresas (CFE), onde o investidor pode encontrar num único local todos os serviços indispensáveis à criação da sua empresa. Como membro da [Organização para a Harmonização do Direito Comercial em África \(OHADA\)](#) a Guiné-Bissau aceita as formas societárias previstas no [Acte Uniforme Révisé Relatif au Droit des Sociétés Commerciales et du Groupement d'Intérêt Économique \(2014\)](#). No âmbito do licenciamento/alvará necessário para o exercício das atividades económicas, em 2011 foi publicado o [Decreto-Lei n.º 8/2011, de 10 de maio](#), que consagra o princípio de livre acesso ao exercício de qualquer atividade económica nos setores da indústria, comércio e turismo. A mais importante reforma operada por este diploma visou a eliminação da regra do licenciamento prévio, introduzindo-se a da simples declaração de início de atividade. Assim, quando não haja uma sujeição especial do exercício de determinada atividade à obtenção de um alvará prévio, ela presume livre e o agente deve apenas declarar o início da sua atividade à autoridade do setor.

Por sua vez, a contratação pública encontra-se regulada no [Decreto-Lei n.º 2/2012, de 20 de agosto](#), que estabelece os princípios gerais a que devem obedecer os processos e procedimentos de adjudicação dos contratos públicos e de delegações de serviço público, regula a forma como os contratos públicos podem ser celebrados e disciplina outros aspetos importantes da execução dos contratos, incluindo obrigações, responsabilidades e direitos das partes, modificação e extinção dos contratos e sanções, tendo como entidade reguladora a Autoridade de Regulação dos Concursos Públicos (ARCP).

Relativamente ao relacionamento entre Portugal e a Guiné-Bissau, e com vista a reforçar o desenvolvimento das relações bilaterais de investimento, foram assinados os seguintes Acordos/Convenções:

- [Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento](#) (em vigor desde 5 de julho de 2012);
- [Convenção sobre Segurança Social](#) e [Acordo Administrativo relativo às modalidades de aplicação da Convenção sobre Segurança Social](#) (aguardam a troca de instrumentos de ratificação para a respetiva entrada em vigor);
- [Acordo de Promoção e Proteção Recíprocas de Investimentos](#) (em vigor desde 08 de abril de 1996).

## 5. Informações Úteis

### Formalidades na Entrada

É exigido visto, o qual deverá ser obtido nas Embaixadas da Guiné-Bissau, designadamente em Lisboa. O visto poderá ainda ser obtido nas fronteiras terrestres ou no Consulado da Guiné-Bissau em Ziguinchor (Senegal), mas recomenda-se que o pedido seja efetuado antecipadamente.

## Cuidados de Saúde

Recomendam-se cuidados profiláticos em relação ao paludismo para estadias curtas, bem como o uso de repelente de insetos, roupa fresca, clara e comprida e o uso de rede mosquiteiras. Regista-se uma incidência preocupante de doenças sexualmente transmissíveis, nomeadamente HIV-SIDA. A tuberculose e a hepatite são também doenças comuns. Verifica-se alguma incidência de cólera.

O Governo decidiu incluir o vírus Zika na lista das doenças contagiosas na Guiné-Bissau e instruiu o Ministério da Saúde e a Secretaria de Estado dos Transportes e Comunicações a adotarem as medidas adequadas para a prevenção da epidemia deste vírus. Assim, em caso de deslocação ao país recomenda-se o uso frequente de repelentes de insetos.

Em Bissau, algumas farmácias no centro da cidade estão bem abastecidas, encontrando-se quase todos os medicamentos essenciais. No resto do território, as condições são mais precárias, pelo que se recomenda a constituição de um estojo de primeiros socorros e medicamentos essenciais. Os meios de tratamento e hospitalares são muito limitados em Bissau, inclusive nas clínicas privadas. É aconselhável ter um seguro de viagem contratado no país de origem.

Para quem pretenda, a partir da Guiné-Bissau, viajar na região, deve ter em atenção que alguns dos países vizinhos, nomeadamente a Guiné-Conacri, tem sido especialmente atingidos pela epidemia de ébola. Apenas se deve consumir água engarrafada (mesmo o gelo) e convém evitar comer alimentos não cozinhados, sobretudo frutas com casca e vegetais mal lavados. O viajante deverá aconselhar-se previamente junto do seu médico sobre a vacinação necessária e os cuidados básicos a manter.

## Hora Local

Corresponde ao UTC. Em relação a Portugal, a Guiné-Bissau tem a mesma hora no inverno e menos uma no verão.

## Horários de Funcionamento

### Serviços Públicos:

8h00-14h30

(segunda-feira a sexta-feira)

### Comércio:

7h30-12h30 / 14h30-18h30

(segunda-feira a sexta-feira)

#### Bancos:

8h00 – 16h00

(segunda-feira a sexta-feira)

8h00-13h00

(sábados)

#### Feriados 2017

1 de janeiro – Dia de Ano Novo

20 de janeiro – Dia dos Heróis

8 de março – Dia Internacional da Mulher

1 de maio – Dia do Trabalhador

26 de junho - Fim do Ramadão

3 de agosto – Dia dos Mártires

2 de setembro - Eid al-Adha

24 de setembro – Dia Nacional

25 de dezembro – Natal

#### Corrente Elétrica

220 volts AC, 50Hz.

#### Pesos e Medidas

É utilizado o sistema métrico decimal.

## 6. Contactos Úteis

#### Em Portugal

Embaixada da Guiné-Bissau em Lisboa

Rua de Alcolena, 17

1400-004 Lisboa

Tel.: 213 009 081 | Fax: 213 009 081

E-mail: [cgggb@sapo.pt](mailto:cgggb@sapo.pt)



**aicep** Portugal Global, Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, EPE  
Rua Júlio Dinis, 748 9º Dto.  
4050-012 Porto – Portugal  
Tel.: +351 226 055 300 | Fax: 351 226 055 399  
E-mail: [aicep@portugalglobal.pt](mailto:aicep@portugalglobal.pt) | <http://www.portugalglobal.pt>

**aicep** Portugal Global, Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, EPE  
Av. 5 de Outubro, 101  
1050-051 Lisboa – Portugal  
Tel.: +351 217 909 500  
E-mail: [aicep@portugalglobal.pt](mailto:aicep@portugalglobal.pt) | <http://www.portugalglobal.pt>

COSEC – Companhia de Seguro de Créditos, SA  
Direção Internacional  
Av. da República, 58  
1069-057 Lisboa  
Tel.: +351 217 913 700 | Fax: +351 217 913 720  
E-mail: [International@cosec.pt](mailto:International@cosec.pt) | <http://www.cosec.pt>

#### Na Guiné – Bissau

Embaixada de Portugal na Guiné-Bissau  
Av. Cidade de Lisboa – Caixa Postal 276  
1021 Bissau Codex - Guiné-Bissau  
Tel.: + 245 966 607 827  
E-mail: [bissau@mne.pt](mailto:bissau@mne.pt)/ [mail@bissau.dgaccp.pt](mailto:mail@bissau.dgaccp.pt)

aicep Portugal Global - Bissau  
Av. Cidade de Lisboa, C. Postal 276,  
1021 Bissau Codex  
M.: +245 966 495 613  
E-mail: [tiago.bastos@portugalglobal.pt](mailto:tiago.bastos@portugalglobal.pt)

Direção Geral de Promoção do Investimento Privado (DGPIP)  
Av. Amílcar Cabral, 37  
Apartado 74, Bissau - Guiné-Bissau  
Tel.: + 245 955 426 324 | + 245 966 801 032  
<http://dgpip-bissau.blogspot.pt/>

Câmara do Comércio, Indústria, Agricultura e Serviços da Guiné-Bissau  
Av. Pansau N' Isna, 88  
Bissau - Guiné-Bissau  
Tel.: + 245 966 712 060  
<http://ccias-guinebissau.com/>

Câmara de Comércio da Guiné-Bissau  
Avenida Combatentes da Liberdade da Pátria  
Bairro da Ajuda – 1ª Fase  
CP 318 Bissau  
Tel.: +245 966 611 921  
[ruidibubaque@gmail.com](mailto:ruidibubaque@gmail.com)  
<https://web.facebook.com/Câmara-do-Comércio-da-Guiné-Bissau>

Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO)  
Avenida Combatentes da Liberdade da Pátria  
CP 38, Bissau - Guiné-Bissau  
Tel.: 245 963 256 325  
[www.bceao.int](http://www.bceao.int)

## 7. Endereços de Internet

A informação *online* aicep Portugal Global pode ser consultada no *site* da Agência, nomeadamente, nas seguintes páginas:

- [Guia do Exportador](#)
- [Guia de Internacionalização](#)
- [Temas de Comércio Internacional](#)
- [Mercados Externos \(Guiné-Bissau\)](#)
- [Livraria Digital](#)

Outros endereços:

- [African Development Bank \(AfDB\)](#)
- [African Union \(AU\)](#)

- [Agência de Notícias da Guiné](#)
- [Assembleia Nacional Popular](#)
- [Banque Centrale des États de l'Afrique de l'Ouest \(BCEAO\)](#)
- [Bissaudigital](#)
- [Câmara de Comércio e Indústria Portugal – Guiné Bissau \(CCIPGB\)](#)
- [Comunidade dos Países de Língua Portuguesa \(CPLP\)](#)
- [Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental \(CEDEAO\)](#)
- [Delegação da União Europeia na Guiné-Bissau](#)
- [Direção-Geral de Alimentação e Veterinária \(DGAV\) / Direções de Serviços de Alimentação e Veterinária Regionais \(DSAVR\)](#)
- [Direção Geral da Promoção ao Investimento Privado](#)
- [Direção Geral das Contribuições e Impostos](#)
- [Doing Business in Guinea-Bissau 2017 / Doing Business in Guinea-Bissau – Starting a Business 2016 / Doing Business in Guinea-Bissau – Business Reforms 2017 / Trading Across Borders in Guinea-Bissau 2016 \(Doing Business Project – World Bank Group\)](#)
- [Economic Partnership Agreement \(ECOWAS/CEDEAO\)](#)
- [Economic Partnership Agreements \(European Commission\)](#)
- [Embaixada de Portugal na Guiné Bissau – Seção Consular](#)
- [European External Action Service \(EEAS\) – Guinea Bissau – Relations with EU / Trade Relations EU – West Africa](#)
- [Fonds Africain de Garantie et de Cooperation Economique \(FAGACE\)](#)
- [Fundação Guineense para o Desenvolvimento Empresarial Industrial](#)
- [Governo da Guiné-Bissau](#)
- [Guia Prático – Destacamento de Trabalhadores de Portugal para Outros Países \(Instituto da Segurança Social\)](#)
- [Guiné-Bissau.Docs](#)

- [Guiné-Bissau: Notícias, Atualidades e Opiniões](#)
- [Guinea-Bissau and the IMF](#)
- [Legis Palop \(acesso mediante assinatura\)](#)
- [Imprensa Nacional da República da Guiné Bissau](#)
- [Islamic Development Bank \(IDB\)](#)
- [Multilateral Investment Guarantee Agency \(MIGA\)](#)
- [Novas da Guiné Bissau](#)
- [Novo Quadro de Apoio Portugal 2020 / Programa Operacional Competitividade e Internacionalização \(Compete 2020\)](#)
- [Organisation Internationale de la Francophonie](#)
- [Organisation pour l'Harmonisation en Afrique du Droit des Affaires \(OHADA\)](#)
- [Portal das Comunidades Portuguesas \(Ministério dos Negócios Estrangeiros\) / Trabalhar no Estrangeiro / Trabalhar no Estrangeiro - Folheto Genérico / Brochura Trabalhar no Estrangeiro 2015 / Conselhos aos Viajantes \(Guiné-Bissau\)](#)
- [Portal de Dados da República da Guiné Bissau \(INE\)](#)
- [Portal GlobalAgriMar \(Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral - GPP\) / Constrangimentos, Formulário de Exportação, Fichas de Internacionalização \(produto e mercado\) / Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural / Ministério do Mar](#)
- [Segurança Social \(Destacamento de Trabalhadores para Países com os quais não foram Celebrados Acordos Bilaterais / Convenções, como é o caso da Guiné-Bissau, pois apesar de já ter sido celebrada uma Convenção a mesma ainda não se encontra em vigor\)](#)
- [Union Economique et Monétaire Ouest Africaine \(UEMOA\)](#)
- [United Nations \(UN\) / Funds, Programmes, Specialized Agencies and Others](#)
- [World Trade Organization \(WTO\)](#)
- [Zona do Franco africana](#)